

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Estado de Maranhão Class.: 262

Data: 21/02/91 Pg.: \_\_\_\_\_

# Assassino de índios está sendo julgado

**Marilda Mascarenhas**  
Enviada especial

**Barra do Corda (MA)**

Depois de 10 anos, o fazendeiro e comerciante José Maria Moreira Barros, 43 anos, sentou-se ontem no banco dos réus para responder à acusação de ter assassinado, em 26 de fevereiro de 1980, os índios sexagenários Mateus e Moreira Guajajara, na Fazenda Santa Luzia, no povoado de Aranca, neste município, atribuindo a culpa pelo crime "à Polícia Militar do Maranhão". O julgamento deve terminar somente hoje e o acusado, provavelmente, será absolvido. A própria promotória admite que há falhas aberrantes no processo, onde o capitão da PM, José Mateus da Silva,

também citado como coautor, mas foi excluído para ser julgado por um tribunal militar em São Luís. O advogado de defesa vai alegar "negativa de autoria".

Nenhuma testemunha de acusação foi convocada para depor perante os jurados, enquanto quatro pessoas prestam depoimentos defendendo o acusado da autoria do crime. O promotor público Marco Antonio Silveira, que está sendo assistido por dois advogados da Funai — que só na fase final se preocupou em acompanhar o processo — acredita que deve ter havido "esquecimento" do promotor Antonio Dantas Ribeiro Neto, que atuava na fase de arrolação das testemunhas. No laudo-cadavérico de um dos corpos das vítimas — o

único que chegou a ser localizado — também não consta o tipo de projétil que poderia identificar a arma utilizada no crime. O fazendeiro diz que usava um revólver calibre 22, enquanto no processo — que passou vários anos na comarca de Presidente Dutra, porque o juiz Josemar Lopes, de Barra do Corda, teria atuado antes como promotor e não poderia legalmente dar-lhe continuidade — está citado um revólver calibre 38.

O promotor Silveira acredita que esse dado pode confundir ainda mais os jurados.

O crime contra os índios guajajaras, que tiveram seus corpos esquartejados e depois jogados no Rio Mearim, ocorreu depois de

um conflito entre brancos e índios na Fazenda Santa Luzia, em que o irmão do fazendeiro, Benedito Moreira Barros, foi morto a tiros, e várias outras pessoas saíram feridas. Os índios teriam invadido a fazenda, de propriedade da família Barros, para promover um massacre e saque, na confusão, houve tiroteio. Mas os dois índios assassinados nada teriam a ver com o conflito. Eles foram levados por uma patrulha da Polícia Militar, comandada pelo capitão Mateus Silva, enquanto caçavam, até a sede da fazenda, e lá teriam sido assassinados por José Maria para vingar a morte do irmão.

A única prova que pode incriminar o fazendeiro é

o seu depoimento na fase do inquérito policial, quando ele admitiu a autoria do crime. Há testemunhos, também contundentes, de policiais militares — o sargento Gomes e o aspirante a oficial César Frazão — que confirmam que José Maria assassinou os índios e depois jogou os corpos no Rio Mearim, na tentativa de esconder o crime. O fazendeiro teria oferecido, na época, gorjeta para que os policiais não contassem o que viram. Nenhuma destas testemunhas foi chamada para depor no julgamento.

José Maria Moraes modificou ontem totalmente sua primeira versão, prestada ao delegado Antonio Alves Godim, na época do inquérito. Ele disse à juíza

Ângela Maria Salazar, que preside o julgamento, que soube da morte dos índios apenas dois dias depois, e que foi coagido a confessar o crime no comando da Polícia Militar de Barra do Corda, sob tortura física e psicológica. Ele afirma que os próprios policiais foram os responsáveis pela morte dos índios. "Estou aqui limpando a barra da Polícia Militar do Maranhão", disse, antes de iniciar o julgamento, que está acontecendo na Câmara Municipal de Barra do Corda. Aproximadamente 100 índios acompanham a sessão, observados de perto por cerca de 30 policiais, convocados para garantir a ordem no local.

A juíza Ângela Salazar acredita que o veredito deve sair ainda hoje pela manhã.